

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM

30 DE JUNHO DE 2019

SUMÁRIO

	FOLHA
1 BALANÇO PATRIMONIAL	3 e 4
2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
3 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	6
4 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	7
6 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	8
7 NOTAS EXPLICATIVAS	9 a 33
8 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	34 a 35

ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A**CNPJ: 04.557.307/0001-49****BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Levantados em 30 de Junho de 2019 e Dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

ATIVO	NE nr.	30/06/2019	31/12/2018
CIRCULANTE		65.213	80.990
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	38.690	42.886
Clientes	6	20.839	30.209
Outros Créditos	8	5.364	4.772
Despesas Antecipadas	9	320	3.123
NÃO CIRCULANTE		557.334	571.185
Realizável a Longo Prazo		22.942	23.590
Depósitos Judiciais	10	117	115
Tributos Diferidos	11	22.825	23.475
Imobilizado	12	374.822	383.994
Intangível	13	159.055	163.601
Direito de Uso	14	515	-
TOTAL DO ATIVO		622.547	652.175

ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A**CNPJ: 04.557.307/0001-49****BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Levantados em 30 de Junho de 2019 e Dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

PASSIVO	NE nr.	30/06/2019	31/12/2018
CIRCULANTE		85.513	124.880
Obrigações Sociais e Trabalhistas	15	396	268
Fornecedores	16	3.644	3.996
Imposto de Renda e Contribuição Social	17	5.190	27.990
Outras Obrigações Fiscais	18	1.345	2.282
Dividendos a Pagar	19	-	19.083
Concessão de Uso de Bem Público	20	65.564	62.813
Pequisa e Desenvolvimento	21	7.813	7.412
Outras Contas a Pagar	22	1.561	1.036
NAO CIRCULANTE		488.951	473.318
Concessão de Uso de Bem Público	20	488.582	473.318
Direito de Uso	14	369	
PATRIMONIO LIQUIDO		48.083	53.977
Capital Social	25.1	35.503	35.503
Ajustes de Avaliação Patrimonial	25.3	255	255
Reserva Legal	25.2	7.101	7.101
Lucro de Janeiro a Junho 2019		18.863	-
(-) Dividendos Intermediarios	25.5	(13.639)	
Dividendos Adicionais Propostos	25.4	-	11.118
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		622.547	652.175

"As notas explicativas integram as demonstrações financeiras"

ELEJOR - CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A

CNPJ: 04.557.307/0001-49

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em Milhares de Reais - Exceto o Lucro por Ação)

		2019		2018	
	N.E	01.04.19	01.01.19	01.04.18	01.01.18
		a	a	a	a
		30.06.19	30.06.19	30.06.18	30.06.18
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	26	54.062	125.146	72.558	141.793
(-) Custos Operacionais	27	(19.391)	(43.377)	(19.770)	(40.918)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		34.671	81.769	52.788	100.875
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(1.454)	(2.782)	(1.603)	(2.885)
Despesas Administrativas	28.1	(1.454)	(2.782)	(1.457)	(2.885)
Outras Receitas	28.2	-	-	(146)	-
LUCRO ANTES RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS		33.217	78.987	51.185	97.990
RESULTADOS FINANCEIRO	29	(25.307)	(50.421)	(9.943)	(53.322)
Receitas financeiras	29	528	1.090	360	731
Despesas financeiras	29	(25.835)	(51.511)	(10.303)	(54.053)
LUCRO OPERACIONAL		7.910	28.566	41.242	44.668
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(2.686)	(9.703)	(6.298)	(15.179)
Imposto de Renda e Contribuição Social	17	(2.361)	(9.053)	(5.973)	(14.529)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	11	(325)	(650)	(325)	(650)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		5.224	18.863	34.944	29.489
<i>LUCRO POR AÇÃO INTEGRALIZADA - EM REAIS</i>		<i>0,087</i>	<i>0,313</i>	<i>0,580</i>	<i>0,489</i>

ELEJOR - CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A

CNPJ: 04.557.307/0001-49

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Trimestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	30/06/2019	30/06/2018
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		18.863	29.469
Outros resultados abrangentes			
Ganhos com ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:		-	-
Operações com Créditos de Carbono		-	-
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros		-	-
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos		-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		18.863	29.469

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Trimestres findos em em 30 de junho de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros Reserva Legal	Retenção de Lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros (prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017		35.503	255	7.100	-	18.868	-	61.726
Lucro do período - Janeiro a Junho 2018		-	-	-	-	-	29.489	29.489
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	(18.868)	-	(18.868)
Saldos em 30 de junho de 2018		35.503	255	7.100	-	-	29.489	72.347
Lucro do período - julho a dezembro 2018		-	-	-	-	-	46.842	46.842
Dividendos distribuídos antecipadamente		-	-	-	-	-	(46.131)	(46.131)
Reserva legal	25.2	-	-	1	-	-	1	2
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	-	(19.083)	(19.083)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	11.118	(11.118)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		35.503	255	7.101	-	11.118	-	53.977
Dividendos distribuídos	25.4	-	-	-	-	(11.118)	-	(11.118)
Dividendos distribuídos antecipadamente	25.5	-	-	-	-	-	(13.639)	(13.639)
Lucro do período - Janeiro a Junho 2019		-	-	-	-	-	18.863	18.863
Saldos em 30 de junho de 2019		35.503	255	7.101	-	-	5.224	48.083

"As notas explicativas integram as demonstrações financeiras"

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Trimestres findos em 30 de Junho de 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)

	NE nr.	30/06/2019	30/06/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		18.863	29.489
Despesas (receitas) que não afetam o caixa			
Depreciação	12 e 14	9.319	8.222
Amortização de intangível - Concessão	13	4.546	4.479
Variações monetárias não realizadas	28	51.479	53.904
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	650	650
Premio de Risco Hidrológico - Lei 13.203/2015	9	3.033	4.549
Baixas do imobilizado		3	-
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Clientes	6	9.370	869
Outros créditos	8	(592)	(869)
Despesas pagas antecipadamente	9	(229)	(218)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Obrigações sociais/trabalhistas	15	128	107
Fornecedores	16	(352)	88
Imposto de renda e contribuição social	17	(22.800)	(26.457)
Outras obrigações fiscais	18	(937)	(46)
Pagamento de encargos de debêntures		-	(766)
Contas a pagar vinculadas a concessão - uso do bem público	20	(33.449)	(30.398)
Pagamento de direito de uso		(76)	-
Pesquisa e desenvolvimento	21	401	631
Outros valores a pagar	22	371	(1.185)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		39.728	43.049
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado	12	(84)	(407)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(84)	(407)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	19	(43.840)	(21.000)
Resgate de debêntures		-	(20.304)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(43.840)	(41.304)
Varição no caixa e equivalentes a caixa		(4.196)	1.338
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa	5	42.886	37.905
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa	5	38.690	39.243
Varição no caixa e equivalentes a caixa		(4.196)	1.338

"As notas explicativas integram as demonstrações financeiras"

ELEJOR - CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A
C.N.P.J. Nº 04.557.307/0001-49

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Trimestres findos em 30 de Junho de 2019 e 2018
(Em Milhares de Reais)

	NE nr.	30/06/2019	30/06/2018		
Receitas					
Geração de energia , serviços e outras receitas	26	133.412	148.939		
Total		133.412	148.939		
(-) Insumos adquiridos de terceiros:					
Energia Eletrica comprada para revenda	27	11.034	8.859		
Encargos de uso da rede eletrica	27	6.655	6.098		
Compensação Financeira Utiliz. Rec. Hidricos	27	3.276	3.103		
Material, insumos e serviço de terceiros	27 e 28	5.556	5.579		
Outros insumos	27 e 28	216	804		
Total		26.737	24.443		
(=) Valor adicionado bruto		106.675	124.496		
(-) Depreciação e amortização	27 e 28	16.898	17.250		
(=) Valor adicionado líquido		89.777	107.246		
(+) Valor adicionado transferido					
Receitas financeiras	29	1.090	731		
Outras Receitas	28.2	-	-		
Total		1.090	731		
Valor adicionado a distribuir		90.867	107.977		
Distribuição do valor adicionado					
	NE nr.	30/06/2019	%	30/06/2018	%
Pessoal					
Remuneração e honorários	28.1	1.479		1.378	
Planos previdenciarios e assistencial	28.1	84		85	
Benefícios	28.1	139		124	
Encargos sociais - FGTS	28.1	385		357	
Participações nos lucros e/ou resultados		-		-	
Total		2.087	2,3	1.944	1,8
Governo					
Federal		18.337		22.358	
Estadual		-		3	
Municipal		18		16	
Total		18.355	20,2	22.377	20,7
Terceiros					
Juros e variações monetárias	29	51.511		54.053	
Arrendamentos e aluguéis	28.1	51		114	
Total		51.562	56,7	54.167	50,2
Acionistas					
Lucro no 1º semestre 2019		18.863		29.489	
Total		18.863	20,8	29.489	27,3
		90.867	100	107.977	100

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Levantadas em 30 de junho de 2019

(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A., com sede a Rua José de Alencar, 2021 em Curitiba – PR, é uma sociedade anônima, de capital fechado, e controlada pela Companhia Paranaense de Energia COPEL que detém 70 % (setenta por cento) do seu capital social. Explora o serviço de geração de energia elétrica através do Complexo Energético Fundão e Santa Clara - CEFSC localizado no Rio Jordão, nos municípios de Pinhão, Cândói e Foz do Jordão, no Estado do Paraná.

O CEFSC é composto pelas usinas hidrelétricas de Santa Clara e Fundão e pelas pequenas centrais hidrelétricas - PCH's Santa Clara I e Fundão I, com as seguintes potências instaladas e energias asseguradas:

UHE / PCH	Potência instalada (MW)	Energia assegurada (MW médios)
UHE - Santa Clara	120,168	69,600
UHE – Fundão	120,168	65,800
PCH - Santa Clara e Fundão	6,075	4,900
	246,411	140,300

2. Concessão

A concessão para exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, é regulada pelo contrato de número 125/2001 com a ANEEL, com base no Decreto Presidencial de 23 de outubro de 2001, cujo prazo de final de outubro de 2036, foi alterado para maio de 2037, conforme despacho nº 43 – SEM-SRG/ANEEL de 11 de janeiro de 2016, e primeiro aditivo contratual de 22 de agosto de 2017.

A extinção ocorrerá nos seguintes eventos: termo final do contrato, encampação, caducidade, rescisão, anulação decorrente de vício ou irregularidade constatada no procedimento ou no ato de sua outorga e falência ou extinção da Companhia.

Ao final do contrato de concessão, que a critério da ANEEL poderá ser prorrogado, todos os bens e instalações vinculados aos aproveitamentos hidroelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados em auditoria pela ANEEL, nos termos do Decreto nº 2003/1996.

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste contrato, a Companhia recolherá à União, do 6.º ao 35.º ano de concessão, inclusive, contados da data de assinatura do contrato, ou enquanto estiverem na exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 19.000 mil, conforme Termo de Ratificação do Lance.

As parcelas são corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM a partir de maio de 2001.

3. Base de Preparação

3.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras da Companhia, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 31.07.2019.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores

reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

4. Principais Políticas Contábeis

4.1 Instrumentos financeiros

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

A política contábil adotada a partir de 1º de janeiro de 2018 para a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros é a IFRS 9. Essa norma estabelece três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado (CA); (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e, (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). Substituindo as categorias existentes anteriormente na IAS 39: Mantidos até o vencimento, Empréstimos e Recebíveis ou Disponíveis para Venda.

a) Custo Amortizado (CA)

Compreende os ativos financeiros não derivativos mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais constituídos exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando incorridos, reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

b) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Esta categoria registra os ativos financeiros não derivativos mantidos dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais (compostos exclusivamente de pagamentos de principal e juros) quanto pela venda de ativos financeiros. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, com ganhos e perdas levada ao patrimônio líquido, enquanto os juros, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

c) Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

Os ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados na categoria valor justo por meio do resultado, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos principais instrumentos financeiros e as respectivas categorias originais de mensuração, determinadas de acordo com a IAS 39, e as novas categorias de mensuração de acordo com a IFRS 9:

ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A.

<u>Ativo</u>	<u>Categoria Original (IAS 39)</u>	<u>Nova Categoria (IFRS 9)</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	Recebíveis	Custo Amortizado
Créditos a Receber	Recebíveis	Custo Amortizado

<u>Passivo</u>	<u>Categoria Original (IAS 39)</u>	<u>Nova Categoria (IFRS 9)</u>
Fornecedores	Outros Passivos	Custo Amortizado
Outras contas a Pagar	Outros Passivos	Custo Amortizado

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para os sem cotação disponível no mercado.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir.

Ativos Financeiros

4.1.1 - Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

Passivos Financeiros e instrumentos de patrimônio

4.1.2 - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

4.1.3 - Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

4.1.4 - Baixas de passivos financeiros

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

4.2 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que são atribuíveis ao ativo.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base na vida útil, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

4.3 Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de desvalorização.

4.3.1 - Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta redutora de recebíveis.

4.3.2 Ativos Não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não-financeiros é revisado para a análise de uma possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras, em caso de reversão de perda de exercícios anteriores a mesma é reconhecida no resultado do exercício corrente.

4.4 Provisões

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado (geração), custo de construção (transmissão) ou intangível em curso (distribuição).

No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza e são registrados diretamente no resultado do exercício.

4.5 Receita de contratos com clientes

O CPC 47/IFRS 15 estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduziu um modelo para o reconhecimento da receita, que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho

definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Pelos novos requisitos da IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

A nova norma não impactou o resultado da Companhia.

4.6 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas por essa entidade ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

4.7 Imposto de renda e contribuição social

De acordo com a legislação tributária vigente para fins de apuração do imposto de renda das pessoas jurídicas e da contribuição social sobre o lucro líquido, a Companhia utiliza a sistemática do Lucro Real.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro tributável. A contribuição social é constituída pela alíquota de 9%.

A Companhia optou em recolher o IRPJ e a CSLL mensal pelo método da estimativa nos termos da legislação tributária vigente. Em Janeiro de 2019 fará o recolhimento da parte relativa ao ajuste anual. Do ponto de vista contábil, vem provisionando o IRPJ e CSLL mensalmente com base no Lucro Real apurado.

Conceitos aplicáveis a partir de 1º.01.2019

A avaliação quanto a adoção dos conceitos da Interpretação Técnica – ICPC 22, equivalente a Interpretação - IFRIC 23, não foi identificado nenhum impacto relevante na situação patrimonial da Companhia, dispensada a constituição de provisão.

4.8 Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os outros arrendamentos que não se enquadram nas características acima são classificados como operacionais.

Pronunciamento aplicável à Companhia a partir de 1º.01.2019

CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil

ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A.

Aplicável para períodos iniciados em ou após 1º.01.2019, o CPC 06 (R2)/IFRS 16 estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil dos arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requisitos da IAS 17, incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Saldos em	30/06/19	31/12/18
Caixa e bancos conta movimento		22	99
Aplicações financeiras de curto prazo		38.668	42.787
		38.690	42.886

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas a 98% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6. Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos a mais de 90 dias	Saldos em 30.06.19	Saldos em 31.12.18
Suprimentos de energia elétrica					
COPEL Distribuição S/A	-	-	-	-	24.687
COPEL Comercialização S/A	669	-	-	669	641
ECEL Eletron Comercializ. Energia	9.787	-	-	9.787	-
Engie Brasil Energia	3.241	-	-	3.241	-
Bio Energias Comercializ. Energia	1.320	-	-	1.320	-
CCEE Camara Comerc.Energia Elet.	5.822	-	-	5.822	4.881
	20.839	-	-	20.839	30.209

ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A.

A Companhia não constitui provisão para perdas de recebimento de valores faturados a seus clientes, dos ativos recebíveis, devido ao histórico de não ocorrência de perdas de recebíveis, desde o início das atividades.

7. Partes Relacionadas

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a venda de energia elétrica, aquisição de serviços de manutenção e telecomunicações, e, encargos pelo uso do sistema de distribuição.

	30.06.19	31.12.18
<u>Ativo circulante</u>		
Entidade sob controle em comum		
Copel Distribuição S.A.	-	24.687
Copel Comercialização S.A.	669	641
<u>Passivo circulante</u>		
Entidade sob controle em comum		
Copel Distribuição S.A.	1.109	1.137
Copel Geração e Transmissão S.A.	784	784
Controlador		
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	-	13.358
Acionista		
Paineira Participações S.A.	-	5.725
<u>Resultado</u>	30.06.19	30.06.18
Entidade sob controle em comum		
Suprimento de Energia		
Copel Distribuição S.A.	89.224	142.405
Copel Comercialização S.A.	3.733	4.745
Encargos de Transmissão e Conexão		
Copel Distribuição S.A.	(6.655)	(6.098)
Serviços de Operação e Manutenção		
Copel Geração e Transmissão S.A.	(4.436)	(3.797)
Serviços de Planejamento Energético		
Copel Geração e Transmissão S.A.	(389)	(353)
Serviços de Telecomunicações		
Copel Telecomunicações S.A.	(60)	(45)

8. Outros créditos

ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A.

	Saldos em	30/06/19	31/12/18
Serviços em Curso (*)		5.311	4.753
Almoxarifado de manutenção e operação		16	7
Adiantamento a empregados		33	12
Adiantamento a fornecedores		2	-
Devoluções de compras		2	-
		5.364	4.772

(*) Serviços em cursos da Companhia, correspondem aos valores das aplicações de recursos em Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

9. Despesas Antecipadas

Registra os gastos no exercício cuja apropriação no resultado ocorrerá nos exercícios seguintes.

Descrição	Saldos em	30/06/19	31/12/18
Curto Prazo			
Seguro das usinas		318	90
Seguro sede administrativa		2	1
Repactuação do Risco Hidrológico		-	3.032
		320	3.123

Durante o período de 2015, os geradores hidrelétricos foram fortemente impactados pela geração de energia elétrica abaixo de sua garantia física, em decorrência do baixo nível dos reservatórios, afetados pela escassez de chuvas dos últimos anos, submetendo-os à liquidação junto a CCEE, ao preço do PLD, do déficit entre a energia gerada e a vendida.

Em 08.12.2015, com a promulgação da Lei nº 13.203, o Poder Concedente permitiu aos agentes de geração hidrelétrica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE a repactuação do risco hidrológico até então suportado por eles, com efeitos retroativos a 1º.01.2015.

A Resolução Normativa Aneel nº 684, de 11.12.2015, estabeleceu os critérios para anuência e as demais condições para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica pelos agentes participantes do MRE. A repactuação no Ambiente de Contratação Regulado - ACR se deu pela transferência do risco hidrológico ao consumidor, mediante pagamento de prêmio de risco pelo gerador à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT e a repactuação no Ambiente de Contratação Livre - ACL pela contratação de níveis de Energia de Reserva.

Em requerimento de 23 de dezembro de 2015, e, em despacho da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 43 de 11 de janeiro de 2016, a Elejor aderiu a Repactuação do Risco Hidrológico de Geração Hidrelétrica, nos termos da lei 13.203/2015. Essa

ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A.

repactuação gerou crédito no valor de R\$ 50.517 mil (Cinquenta milhões, quinhentos e dezessete mil) assim distribuídos:

R\$ 11.148, como Prêmio de Risco referente ao ano de 2015; e

R\$ 39.369, a título de recuperação de despesas com Compra de Energia, distribuído conforme abaixo:

Prêmio de risco – Ano 2016	R\$	9.098
Prêmio de risco – Anos 2017 a 2019	R\$	18.645
Ativo intangível – Extensão de prazo da Outorga - UBP	R\$	8.273
Passivo Circulante - Compra de Energia – CCEE	R\$	3.353

Mutação	31.12.2018	Amortização	Transf LP x CP	30.06.2019
Prêmio de risco - ativo circulante	3.032	(3.032)	-	-
Intangível	7.100	(192)	-	6.908
	10.132	(3.224)	-	6.908
Prêmio de risco a amortizar	3.032			-
Extensão de prazo da outorga	7.100			6.908

10. Depósitos Judiciais

Compreende os valores depositados em juízo por conta de ações judiciais em trâmite contra a Companhia.

Descrição	Valores em R\$ mil
Saldo em 31 de dezembro de 2018	115
- Depósitos	-
- (Ressarcimentos)	-
- Atualização monetária	2
Saldo em 30 de junho de 2019	117

11. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os ajustes originados na mudança de critérios contábeis, contabilizados no resultado da Companhia a partir de 01/01/2010, de acordo com legislação tributária foram adicionados na apuração do Lucro Real, bem como o reconhecimento de ativos financeiros que em contrapartida com o patrimônio líquido gerou um passivo fiscal, que será tributado no momento de sua realização.

ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A.

Tal previsão consta do § 2º, Art. 177, da Lei 6.404/76 (na redação dada pela Lei 11.941/2009) e IN RFB nº 949/09. Considerando o aumento nos custos / despesas advindos desses ajustes contábeis ocorridos no resultado, adicionados à base de cálculo do IRPJ e CSLL para fins de apuração do lucro real, foi reconhecido o direito de se compensar futuramente.

Com base na lei 12973/2014 e Instrução Normativa 1515/2015 da Receita Federal do Brasil, a Companhia optou pela adoção inicial da mesma lei com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015, que extinguiu o Regime Transitório de Tributação instituído pela 11941/2009, e, por conseguinte iniciou a compensação no lucro real (fiscal) os valores diferidos até o exercício de 2013, cuja amortização/realização ocorrerá no período de Janeiro de 2014 a Outubro de 2036, prazo final da concessão onerosa, e que monta os seguintes valores:

	31.12.2018	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	30.06.2019
Ativo não circulante				
Efeitos do ICPC 01 - Contratos de concessão	23.607	(650)	-	22.957
	23.607	-	-	22.957
(-) Passivo não circulante				
Efeitos do ICPC 38 - Instrumentos Financeiros - Créditos de Carbono	(132)	-	-	(132)
	(132)	-	-	(132)
Líquido apresentado no Balanço	23.475	(325)	-	22.825

12. Imobilizado

Conforme estabelecido pelo órgão regulador do setor elétrico, ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, na sua Resolução nº 444 de 26 de outubro de 2001, a Companhia está sujeita à adoção dos critérios específicos para cálculo de depreciação desde o início de suas operações comerciais, elencados na Resolução nº 367 de 02 de setembro de 2009.

Até o ano de 2008 o imobilizado foi avaliado pelo custo de aquisição/construção, acrescido dos encargos de financiamentos incorridos durante a fase de construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, levando em consideração a vida útil econômica estimada dos bens.

A partir de 2010, com efeitos retroativos ao exercício de 2009, as taxas de depreciação passaram a considerar o tempo de vida útil econômica de cada bem ou o prazo final da concessão (outubro de 2036), dos dois o menor, com base em Interpretação Técnica (ICPC 01) e Orientação (OCPC 05) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A.

A classificação e os valores contábeis decorrentes da implantação do processo de utilização abaixo descrito ficam contabilmente evidenciados da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 31/12/18	Movimentação				Saldo em 30/06/19		
		Adições	Depreciação	Baixas	Capitalizações / Transferências	Valor residual	Depreciação acumulada	Custo
GERAÇÃO	378.174	25	(9.063)	-	-	369.136	236.601	605.737
Em Serviço	374.485	23	(9.063)	-	-	365.445	236.601	602.046
Terrenos	17.729	9	(492) *	-	-	17.246	2.562	19.808
Reservatórios, barragens e adutoras	198.441	-	(4.569)	-	-	193.872	127.831	321.703
Edif., obras civis e benfeitorias	40.731	1	(904)	-	-	39.828	24.944	64.772
Máquinas e equipamentos	117.411	9	(3.079)	-	-	114.341	80.803	195.144
Móveis e utensílios	173	4	(19)	-	-	158	461	619
Em Curso	3.689	2	-	-	-	3.691	-	3.691
Terrenos	43	-	-	-	-	43	-	43
Máquinas e equipamentos	871	-	-	-	-	871	-	871
Material em depósito	2.775	2	-	-	-	2.777	-	2.777
TRANSM. / CONEXÃO	5.725	-	(173)	-	-	5.552	3.372	8.924
Em Serviço	5.725	-	(173)	-	-	5.552	3.372	8.924
Edif., obras civis e benfeitorias	15	-	(1)	-	-	14	13	27
Máquinas e equipamentos	5.704	-	(171)	-	-	5.533	3.353	8.886
Móveis e utensílios	6	-	(1)	-	-	5	6	11
ADM. CENTRAL	95	59	(17)	(3)	-	134	293	427
Em Serviço	95	59	(17)	- 3	-	134	293	427
Máquinas e equipamentos	61	56	(8)	(2)	-	107	41	148
Móveis e utensílios	34	3	(9)	(1)	-	27	252	279
	383.994	84	(9.253)	(3)	-	374.822	240.266	615.088

(*) Amortização da conta terrenos em observância ao Decreto 2003/96, adequando ao prazo da final da Concessão.

13. Intangível

A partir do exercício de 2010, com efeitos retroativos a 2005, a Companhia passou a reconhecer um Ativo Intangível relativo ao direito de uso de bem público (UBP), na modalidade de concessão onerosa. A adoção dessa prática segue a orientação contida no O-CPC 05 – Contratos de Concessão.

Para fins de apuração do valor desse intangível, seguindo a orientação da norma contábil citada, a partir do valor da UBP atualizada em Setembro/2005 e Julho/2006, tais valores foram trazidos a valor presente para aquelas datas. Também dessas datas se passou a

ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A.

calcular as parcelas mensais de amortização. Esses valores são equivalentes aos valores reconhecidos no balanço consolidado da Companhia controladora.

A movimentação bem como o saldo do Intangível no período, é a seguinte:

Descrição	Saldo em 31/12/18	Movimentação				Saldos em 30/06/19		
		Adições	Amortiz.	Baixas	Capit aliza ções	Valor residual	Amortiz. Acumulada	Custo
GERAÇÃO	163.595	-	(4.544)	-	-	159.051	116.652	275.703
Intangível em Serviço	163.595	-	(4.544)	-	-	159.051	116.652	275.703
Concessão - Uso de Bem Público	152.989	-	(4.285)	-	-	148.704	115.216	263.920
Servidões de Passagem Florestal	2.763	-	(64)	-	-	2.699	64	2.763
Créditos de Carbono	719	-	-	-	-	719	-	719
Repactuação Risco Hidrológico	7.100	-	(192)	-	-	6.908	1.366	8.274
Intangíveis	24	-	(3)	-	-	21	6	27
ADMINISTRAÇÃO	6	-	(2)	-	-	4	10	14
Intangível em Serviço	6	-	(2)	-	-	4	10	14
Softwares	6	-	(2)	-	-	4	10	14
Total	163.601	-	(4.546)	-	-	159.055	116.662	275.717

14. Direito de Uso

Conforme nota 4.8, a partir de 1º.01.2019, o CPC 06 (R2)/IFRS 16 estabelece nova forma de registro contábil dos arrendamentos que até 31 de dezembro de 2018 eram reconhecidos no resultado, passam a serem registrados no Ativo como Direito de Uso, em contrapartida com Passivo, também como Direito de Uso na totalidade do valor do contratado durante a vigência, e os pagamentos (amortizações) contabilizados no resultado na medida da periodicidade de sua realização.

A posição do contrato de locação (Direito de Uso) da sede administrativa da companhia em 30 de junho de 2019 e a seguinte:

	Aluguel	Juros a Incorrer	Total
31.12.18	-	-	-
Constituições	520	79	599
Depreciações	(66)	-	(66)
Amortizações	-	(18)	(18)
30.06.18	454	61	515

ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A.**15. Obrigações Sociais e Trabalhistas**

Descrição	Saldos em	30/06/19	31/12/18
Contribuições Previdenciárias Retidas		8	8
Imposto de Renda Retido na Fonte		44	73
Bolsa Estágio		5	5
Provisão de férias e 13º salário		339	182
		396	268

16. Fornecedores

São registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos a pagar e acrescidos das variações monetárias, quando contratadas.

Fornecedores	Vencimento	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Saldo em	
							30.06.19	31.12.18
Encargos Uso da Rede - Copel DIS	-	-	-	-	-	-	1.109	1.137
Suprimento CCEE	-	-	-	-	-	-	-	521
Compra Energia - Mercado Livre	-	-	-	-	-	-	1.526	1.467
Materiais e Serviços - Copel GET	-	-	-	-	-	-	784	785
Materiais e Serviços	-	-	-	-	-	-	225	86
							3.644	3.996

17. Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	Saldos em	30/06/19	31/12/18
Imposto de renda - Lucro Real		6.654	27.017
(-) Imp. renda pago por estimativa		(2.305)	(5.551)
(-) Imp. Renda retido na fonte		(228)	(386)
Contrib. Social Sobre Lucro Líquido – CSLL		2.400	10.062
(-) Contr.Social pago por estimativa		(1.331)	(3.152)
		5.190	27.990

A Companhia apurou lucro fiscal no exercício assim demonstrado:

ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A.

Descrição	30/06/19	31/12/18
Lucro líquido antes dos tributos	28.566	114.710
Ajustes ao lucro contábil	(1.903)	(2.903)
Adições de despesas indedutíveis	-	919
Despesas Indedutíveis	135	8
Incentivos fiscais		911
Exclusões de despesas dedutíveis	(2.038)	(3.822)
Despesas Dedutíveis	(127)	
Saldo RTT Regime Tributário de Transição	(1.911)	(3.822)
Lucro fiscal do período	26.663	111.807
IRPJ e CSLL Correntes	9.053	37.079
Alíquota efetiva sobre lucro líquido antes dos tributos	31,69%	32,32%

18. Outras Obrigações Fiscais

Descrição	Saldos em	30/06/19	31/12/18
Tributos retidos na fonte		202	202
Previdência Social INSS		53	62
FGTS		8	10
PIS e Cofins		1.073	2.008
Tributos municipais		9	-
		1.345	2.282

19. Dividendos a Pagar

Dividendos à pagar em 31/12/2018	19.083
<u>Deliberação da A.G.O</u>	
Dividendos adicionais exercício 2018	11.118
Lucro período: Janeiro a Março 2019	13.639
Dividendos distribuídos no período	(43.840)
Saldo de dividendos à pagar em 30/06/2019	-

ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A.

20. Encargos de Outorga ANEEL

Em 30/06/2019 a obrigação contratual, reajustada monetariamente, para o pagamento das 210 (duzentas e dez) parcelas mensais restantes até o término da concessão, totalizava R\$ 1.207.769 mil, a valores nominais, e a valor presente o seguinte:

	Passivo		
	Circulante	Não circulante	Total
Em 31/12/2017	58.411	449.149	507.560
Transferências	61.305	(61.305)	-
Pagamentos valor original	(19.000)	-	(19.000)
Pagamentos correção IGP-M	(42.305)	-	(42.305)
Variação monetária	4.402	85.474	89.876
Em 31/12/2018	62.813	473.318	536.131
Transferências	33.449	(33.449)	-
Pagamentos valor original	(9.500)	-	(9.500)
Pagamentos correção IGP-M	(23.949)	-	(23.949)
Variação monetária	2.751	48.713	51.464
Em 30/06/2019	65.564	488.582	554.146

21. Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme artigo 2.º, da Lei nº 9.991/00 e Resoluções Normativas Aneel nº 316/08 e 300/08, cuja posição em 30/06/2019 é a seguinte:

	FNDCT	MME	P & D		Consolidado
	circulante	circulante	circulante	não circulante	
Em 31/12/18	212	105	7.095	-	7.412
Constituições	505	253	505	-	1.263
Juros SELIC	-	-	14	-	14
Recolhimentos	(584)	(292)	-	-	(876)
Em 30/06/19	133	66	7.614	-	7.813

22. Outras contas a Pagar

Descrição	Saldos em	30/06/19	31/12/18
Comp. Financ. Utilização Recursos Hídricos		1.408	1.027
Direito de Uso - Edificações		153	-
Cauções em garantia		-	9
		1.561	1.036

23 Benefício pós Emprego

A Companhia patrocina parcialmente plano para complementação de aposentadoria e pensão, denominado Plano de Benefícios Previdenciário III. E, plano de assistência médica e odontológica, designado Plano Prosaúde III, para atendimento de seus empregados ativos e dependentes legais.

Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincida com o encerramento do exercício.

23.1 Plano de benefício previdenciário

O Plano de Benefícios Previdenciário III é um plano de Contribuição Variável – CV. As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desse plano são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, correlacionada à IAS 19 R e à IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da empresa.

23.2 Plano Assistencial

A Companhia aloca recursos para cobertura parcial das despesas de saúde aos seus funcionários e dependentes, de acordo com as regras, limites e condições estabelecidos no regulamento do Plano Prosaúde III. Este plano não prevê co-participação da patrocinadora no período pós-emprego, onde os gastos serão suportados integralmente por seus beneficiários.

Valores reconhecidos no resultado estão assim resumido:

Mutação	circulante	não circulante	Total
Em 31.12.2018	-	-	-
Apropriação do cálculo atuarial	-	-	-
Contribuições previdenciárias e assistenciais	84	-	84
Ganhos / perdas atuariais (Laudos)	-	-	-
Transferências	-	-	-
Amortizações	(84)	-	(84)
Em 30.06.2019	-	-	-

24. Provisão para Contingências

Com base em relatório da assessoria jurídica especializada, constata-se a existência de processos contra a Companhia classificados com “possibilidade” de perda, não sendo necessária a contabilização de provisão contábil para esse fim, passíveis apenas de menção em nota explicativa.

Modalidade de ação	Saldos em	30.06.19	31.12.18
Ações trabalhistas		2.169	2.169
Ações cíveis		2.015	2.233
Desapropriações e patrimoniais		6.936	6.936
		11.120	11.338

24.1 Descrição da natureza e/ou informações sobre as ações

a) Trabalhistas

Ação movida por ex-empregados do Consórcio responsável pela construção das usinas integrantes do CEFSC Complexo Energético Fundão Santa Clara, sendo a Companhia acionada solidariamente a Construtora Triunfo.

Autos: 775/2011 - 1ª Vara do Trabalho - Guarapuava **Valor Estimado:** R\$ 2.169

Situação Atual: Sentença condenando solidariamente a Elejor (com a Construtora Triunfo), reformada para subsidiária após interposição de Recurso Ordinário, mantido no TST. Em cumprimento de sentença contra Triunfo.

b) Cíveis

Ações que envolvem contratos administrativos, multas contratuais e indenizações.

Autos:0001464-23.2015.8.16.0031 - 1ª Cível – Guarapuava, **Valor Estimado:** R\$ 1.250

Situação Atual: Sentença indeferindo o pedido de danos materiais e condenando em danos morais. Apelação aceita para redução do valor. Autores com Recurso Especial.

Autos:0005190-34.2017.8.16.0031 -1ª Cível – Guarapuava, **Valor Estimado:** R\$ 765

Situação Atual: Fase instrutória.

c) Desapropriações e patrimoniais

As ações judiciais de desapropriação e patrimoniais ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrícula, etc.).

Autos:53/2005 – 1ª Cível - Pinhão **Valor Estimado:** R\$ 97

ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A.

Situação Atual: Fase instrutória.

Autos:000278-93.2005.8.16.0134 – 1ª Cível - Pinhão **Valor Estimado:** R\$ 286

Situação Atual: Acórdão dando provimento integral a apelação da Companhia, afastando parcialmente o valor da sentença.

Autos:107/2003 – 1ª Cível - Pinhão **Valor Estimado:** R\$ 325

Situação Atual: Acórdão dando provimento integral a apelação da Companhia, com a baixa do processo para realização de nova perícia.

Autos:000395-98.2003.8.16.0031 – 1ª Cível - Guarapuava **Valor Estimado:** R\$ 6.228

Situação Atual: No prazo para as partes se manifestarem sobre nova perícia.

25. Patrimônio Líquido

25.1 Capital Social

O capital social subscrito na sociedade, por acionistas domiciliados no País em 30/06/2019, é composto de 60.300.000 ações ordinárias todas sem valor nominal, totalizando R\$ 35.503, conforme alteração do Artigo 5º do Estatuto Social contida na 41ª AGE de 08/11/2011, distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Ações Ordinárias Subscritas e Integralizadas	Total de Ações Subscritas e Integralizadas	Participação no Capital Total Integralizado
COPEL	70%	42.209.920	70%
PAINEIRA	30%	18.090.080	30%
	100%	60.300.000	100%

25.2 Reserva Legal

O montante de R\$ 7.101, se refere à constituição da Reserva Legal de 5% do lucro líquido de exercícios anteriores, limitada a 20% (vinte por cento) do capital social, nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, ajustado nos termos do Art. 191 da mesma lei.

25.3 Ajuste de Avaliação Patrimonial

ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A.

O Ajuste no Patrimônio Líquido trata-se do reconhecimento em 2012, e reavaliados em março de 2014, no ativo Intangível das RCE's (Reduções Certificadas de Emissão) / Crédito de Carbono, no valor bruto de R\$ 387, descontado os Impostos diferidos (34%) de R\$ 132. Os certificados foram avaliados a € 1,70 (hum euro e setenta centavos) ou R\$ 4,58 (quatro reais e cinquenta e oito centavos) a tonelada, preço obtido na última venda efetuada em outubro de 2012, e, em março de 2014 reavaliados a preço atual de mercado, com base na cotação da ICE Futures Europe de € 0,18 (dezoito centavos) de euros por tonelada.

25.4 Dividendos Adicionais

De acordo com o Artigo 39 do Estatuto Social consolidado em 08/11/2011, a administração da Companhia, após a distribuição antecipada de dividendos do exercício de 2018 no valor de R\$ 46.131, e a proposta (Nota:19) dos dividendos obrigatórios no valor de R\$ 19.083, propôs o registro a título de dividendos adicionais a distribuir no valor de R\$ 11.118, posterior aprovação da AGO.

Em 28 de março de 2019, a 18ª Assembleia Geral Ordinária deliberou pela transferência dos dividendos adicionais para dividendos a pagar.

25.5 Dividendos Intermediários

Em 08 de maio de 2019, na 65ª AGE Assembléia Geral Extraordinária, os Acionistas deliberaram pela distribuição antecipada de dividendos no valor de R\$ 13.639 mil, referente ao lucro apurado no 1º trimestre de 2019.

26. Receita Líquida

Descrição	Saldos em	30/06/19	30/06/18
Geração		125.500	146.150
Venda de Energia UHEs		121.767	142.405
Venda de Energia PCHs		3.733	3.745
Comercialização		7.912	2.789
MCP - CCEE		6.114	1.331
Revenda Energia MCP		1.798	1.458
Receita Bruta		133.412	148.939
Contribuição para PIS		(1.248)	(1.020)
Contribuição para COFINS		(5.754)	(4.708)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(1.264)	(1.418)
Deduções da Receita Bruta		(8.266)	(7.146)
RECEITA LÍQUIDA		125.146	141.793

ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A.**27. Custos Operacionais**

Descrição	Saldos em	30/06/19	30/06/18
Materiais		(122)	(79)
Serviços de Terceiros		(4.822)	(4.927)
Depreciação		(9.235)	(8.207)
Amortização		(4.546)	(4.479)
Seguros		(231)	(242)
Compens.Financ.Utiliz.Recursos Hídricos		(3.276)	(3.103)
Taxa de Fiscalização Regulatória - ANEEL		(368)	(315)
Encargos Uso Rede de Distribuição		(6.655)	(6.098)
Compra de Energia - CCEE		(1.824)	-
Compra de Energia - Mercado Livre		(9.210)	(8.859)
Prêmio de Risco Hidrológico - Lei 13.203/2015		(3.033)	(4.549)
Outros custos		(55)	(60)
		(43.377)	(40.918)

28. Outras Receitas (Despesas) Operacionais**28.1 Despesas Administrativas**

Descrição	Saldos em	30/06/19	30/06/18
Pessoal		(1.122)	(1.025)
Administradores		(965)	(918)
Material		(30)	(17)
Serviços de Terceiros		(350)	(466)
Depreciação		(84)	(15)
Arrendamento e Aluguéis		(51)	(114)
Seguros		(1)	(1)
Tributos		(18)	(52)
Outras despesas		(161)	(277)
		(2.782)	(2.885)

28.2 Outras Receitas

Descrição	Saldos em	30/06/19	30/06/18
Sobras de inventário		-	146
		-	146

29. Resultado Financeiro

	Saldos em	30/06/19	30/06/18
Receitas financeiras			
Rendas de aplicações disponíveis p/venda		1.031	731
CCEE Encargos de liquidação		57	-
Outras receitas		2	
		1.090	731
Despesas financeiras			
Juros e encargos - debêntures		-	(848)
Encargos da concessão - UBP		(51.463)	(53.111)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF		(16)	(37)
Direito de Uso - Juros incorridos		(18)	(57)
Juros e correções - P & D		(14)	-
		(51.511)	(54.053)
		(50.421)	(53.322)

29. Cobertura de Seguros

As apólices de seguro dos bens patrimoniais da Companhia foram contratadas de acordo com a política de gerenciamento de seguros definida por sua Administração, visando a contratação de coberturas securitárias adequadas e em conformidade com a legislação aplicável, com a seguinte demonstração:

Seguradora	Vigência	Modalidade	Bens Segurados	Prêmio R\$ Mil	Importância Segurada R\$ Mil
SOMPO SEGUROS	11.03.2019 a 11.03.2020	Multi Risco	Unidades Geradoras Sta Clara e Fundão	459	302.616
TOQUIO MARINE	16.05.2019 a 16.05.2020	Risco Nomeado	Sede Administrativa (Escritório Central)	2	1.476
Total				461	304.092

A Companhia tem contratado a modalidade de Seguro de Vida em Grupo, para os empregados e diretores, através da Apólice nº 93.0078284, com a METLIFE.

30. Continuidade Operacional

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia, de acordo com o CPC 26, em seus itens 25 e 26. A eventual insuficiência de capital de giro é suportada pelos acionistas mediante ingresso de recursos destinados a aumento do capital.

31.. Gerenciamento da Sustentabilidade e Ambiental

A Companhia realiza investimentos voltados à preservação ambiental e de sustentabilidade, inseridos nos projetos e programas que visam reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente.

32. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia estão restritos à Caixa e equivalentes, Clientes, Fornecedores e Debêntures.

	NE	30/06/19		31/12/18	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Valor Juasto por meio do Resultado					
Caixa e bancos conta movimento	5	22	22	99	99
Aplicações financeiras	5	38.668	38.668	42.787	42.787
Custo Amortizado					
Clientes	6	20.839	20.839	30.209	30.209
Total dos ativos financeiros		59.529	59.529	73.095	73.095
Passivos financeiros					
Total dos passivos financeiros		-	-	-	-

Os ativos e passivos financeiros têm seus valores justos equivalentes a seus respectivos valores contábeis, em razão da natureza e prazos de liquidação dos mesmos.

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos contabilizados como Caixa e equivalentes, bem como das aplicações financeiras, aplicando praticamente a totalidade dos recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória em bancos privados de primeira linha. E, declara que não opera instrumentos financeiros na modalidade de derivativos.

ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A.**Resumo das aplicações financeiras de curto prazo em 30 de junho de 2019**

Descrição	Taxa a.a.	Data de emissão	Vencimento	Tipo	30/06/19	
					Valor contábil	Valor justo
CDB - Bradesco	90,00	11/04/2018	26/03/2021	Custo amortizado	1	1
CDB - Bradesco	85,75	02/10/2018	16/09/2021	Custo amortizado	11	11
CDB - Caixa Econ.Fed.	98,00	22/04/2019	26/03/2024	Custo amortizado	1.603	1.603
CDB - Caixa Econ.Fed.	98,00	09/05/2019	12/04/2024	Custo amortizado	3.731	3.731
CDB - Caixa Econ.Fed.	98,00	22/05/2019	25/04/2024	Custo amortizado	17.628	17.628
CDB - Caixa Econ.Fed.	98,30	07/06/2019	10/05/2024	Custo amortizado	333	333
CDB - Caixa Econ.Fed.	98,30	10/06/2019	14/05/2024	Custo amortizado	14.675	14.675
CDB - Caixa Econ.Fed.	98,30	21/06/2019	24/05/2024	Custo amortizado	686	686
					38.668	38.668

João Biral Junior
Diretor Presidente

Cleverson Moraes Silveira
Diretor Administrativo Financeiro

Fernando Souza Ribeiro
Contador CRC/PR: 024544/O-3

RELATÓRIO DE REVISÃO DE INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Aos

**Acionistas, aos Conselheiros e aos Administradores da
ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A
Curitiba - PR**

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da **ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A**, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração da **ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A** é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o NBC TG 21 (R4) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Companhia). Uma revisão de informações intermediárias, consiste na realização de indagações, principalmente as pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que de auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, acima referida, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de informações contábeis intermediárias e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



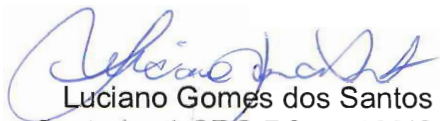
Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos a demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao período findo em 30 de junho de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informações suplementar para fins de NBC TG 09, foi submetida a procedimentos de revisão e não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a concluir que não foi elaborada, em seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias.

São Paulo, 26 de julho de 2019.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
Maciel Auditores S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP



Luciano Gomes dos Santos
Contador 1 CRC RS 59.628/O-2
Sócio Responsável Técnico